

Art. 2º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar - *Superávit* Financeiro da quantia de R\$ 417.586,68 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) , junto à Secretaria Municipal de Educação / Coordenação Geral - SME, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
22010.12.366.0006.6.042	3.1.90.04	130	66.543,03
22010.12.366.0006.6.042	3.1.90.04	134	351.043,65
TOTAL			417.586,68

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos §§ 1º e 2º, do artigo 11, da Lei nº 12.805, de 12 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Como *Superávit* Financeiro considerar-se-á o montante de R\$ 417.586,68 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) apurado em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2019, previsto no Decreto nº 2, de 1 de janeiro de 2019, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 417.586,68 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), conforme a seguir especificado:

Órgão / Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
22010	3.1.	130	Janeiro	0,00	66.543,03	66.543,03
22010	3.1.	134	Janeiro	0,00	351.043,65	351.043,65
Total				0,00	417.586,68	417.586,68

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 10 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 51 DE 14 DE JANEIRO DE 2019

SÚMULA: DECRETA REVOGAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o SEI de nomeação nº 19.009.076000/2018-66 e o disposto no artigo 25, § 4º da Lei nº 4.928/92;

DECRETA:

ART. 1º DECRETA REVOGAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO, nos termos abaixo:

- a)SERVIDOR:162604-THAYS KUCHENBECKER
- b)CARGO/CLASSE: AGENTE CONDUTOR DE VEICULOS PESADOS-U
- c)FUNCAO: ACVPU01-SERVICO DE MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS
- d)DOCUMENTO: SIP Admissional 78378/2018
- e)DATA VIGÊNCIA: 03/12/2018
- f)EDITAL DE ABERTURA: 172/2015-DDH/SMRH
- g)DECRETO REVOGADO(A) Nº.01485/2018
- h)MOTIVO: Servidora não tomou posse nos prazos legalmente estabelecidos.

ART. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 14 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 53 DE 14 DE JANEIRO DE 2019

SÚMULA: Instala e regulamenta, no âmbito da Administração do Município de Londrina e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (CAISAN-LD).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais tendo em vista o disposto na Lei nº 12.700, de 3 de maio de 2018, e considerando o processo SEI nº 19.020.000171/2019-47,

DECRETA:

Art.1º Instala e regulamenta a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) do Município de Londrina, Estado do Paraná, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da Administração Pública Municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I – Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (CONSEA-LD), a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (PMSAN-LD), indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II – Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (CONSEA-LD) e com os órgãos executores de ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional;

III- Apresentar relatórios e informações ao CONSEA-LD, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Participar do fórum bipartite, bem com do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PR) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), sobre o Pacto de Gestão do Direito Humano à Alimentação Adequada (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII – assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN-LD apresentando relatórios periódicos;

VIII- elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e os Decretos Federais nº 6272 e nº 6273, ambos de novembro de 2001, o Decreto Federal nº 7272 de 25 de agosto de 2010 e a Lei Municipal nº 12.700, de 3 de maio de 2018.

Art.2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada, por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), a ser construído intersetorialmente pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-LD), com base nas prioridades estabelecidas pelo CONSEA-LD, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único - o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:

I – Conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III – Dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo CONSEA e pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI – Definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

VII – Ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do CONSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-LD) deverá ser integrada pelas Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento (SMAA); de Ambiente (SEMA); de Assistência Social (SMAS); de Educação (SME); de Saúde (SMS/AMS); do Idoso (SMI), de Políticas para as Mulheres (SMPM); de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (SMPOT) e pelos órgãos Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), sendo seus representantes nomeados por Decreto Municipal.

Art. 5º A CAISAN-LD será presidida pelo Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Art. 6º A Secretaria-Executiva da CAISAN-LD deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 7º A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Londrina (CAISAN-LD) poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 14 de janeiro de 2019. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Alexandre Fujita, Secretário(a) Municipal de Agricultura e Abastecimento

DECRETO Nº 55 DE 14 DE JANEIRO DE 2019

SÚMULA: Altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2019, previsto no Decreto nº 2, de 1 de janeiro de 2019, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), junto à CAAPSM - Plano de Assistência à Saúde, conforme a seguir especificado: